



CADERNO 1 – DIÁRIO DO EXECUTIVO

SUMÁRIO

DIÁRIO DO EXECUTIVO.....	1
Governo do Estado.....	1
Secretaria de Estado de Governo.....	5
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão.....	6
Secretaria de Estado de Fazenda.....	15
Secretaria de Estado de Defesa Social.....	17
Secretaria de Estado de Saúde.....	19
Secretaria de Estado de Educação.....	21
Secretaria de Estado de Cultura.....	27
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.....	28
Secretaria de Estado do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável.....	28
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico.....	29
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana.....	29
Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.....	30
Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas.....	30
Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais.....	30
Polícia Militar do Estado de Minas Gerais.....	31
Polícia Civil do Estado de Minas Gerais.....	31
Controladoria-Geral do Estado.....	53
Editais e Avisos.....	53

DIÁRIO DO EXECUTIVO

Governo do Estado

Governador: Fernando Pimentel

Leis e Decretos

DECRETO Nº 46.781, DE 23 DE JUNHO DE 2015.

Identifica pontos de DAD e FGD unitários no âmbito da Secretaria de Estado de Esportes

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de atribuição que lhe confere o inciso VII do art. 90 da Constituição do Estado e tendo em vista o disposto na Lei Delegada nº 174, de 26 de janeiro de 2007, e no Decreto nº 46.773, de 8 de junho de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam identificados os pontos de DAD e FGD unitários, remanejados nos termos do art. 1º do Decreto nº 46.773, de 8 de junho de 2015, com lotação na Secretaria de Estado de Esportes – SEESP –, passando os itens I.19.A.1 e I.19.A.2 do Anexo I do Decreto nº 45.537, de 27 de janeiro de 2011, a vigorar na forma constante do Anexo I deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor em 26 de junho de 2015.
Palácio Tiradentes, em Belo Horizonte, aos 23 de junho de 2015; 227º da Inconfidência Mineira e 194º da Independência do Brasil.

FERNANDO DAMATA PIMENTEL

ANEXO

(a que se refere o caput do art. 1º do Decreto nº 46.781, de 23 de junho de 2015.)

“ANEXO I

(a que se referem os arts. 1º e 6º do Decreto nº 45.537, de 27 de janeiro de 2011)

I.19.A - SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES I.19.A.1 - CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

C.A.R.G.O / NÍVEL	IDENTIFICAÇÃO	QUANTITATIVO DE CARGOS	RECRUTAMENTO	
			AMPLIO	LIMITADO
DAD-1	EO1100737	1	1	-
DAD-2	EO1100503 e EO1100504	3	2	-
	EO1100505		-	1

DAD-3	EO1101160	4	1	-
	EO1101004, EO1101197 e EO1101198		-	3
DAD-4	EO1102619 a EO1102622, EO1102624 a EO1102626, EO1102628 a EO1102634, EO1102636 a EO1102642, EO1102645, EO1102647 a EO1102649, EO1102732 a EO1102735	39	29	-
	EO1102654 a EO1102656, EO1102664, EO1102665, EO1102736 a EO1102740		-	10
	EO1100570		1	-
DAD-5	EO1100849, EO1100850, EO1100854, EO1101003 e EO1101004	6	5	-
DAD-6	EO1100851		-	1
DAD-7	EO1100118, EO1100353 a EO1100355, EO1100398 a EO1100401	9	8	-
	EO1100352		-	1
DAD-8	EO1100413 a EO1100421	9	9	-
DAD-9	EO1100151	1	1	-
DAD-10	EO1100049	1	1	-

I.19.A.2 – FUNÇÕES GRATIFICADAS

ESPÉCIE/NÍVEL	QUANTITATIVO	IDENTIFICAÇÃO
FGD-4	9	EO1100459, EO1100474 a EO1100481
FGD-5	1	EO1101595
FGD-6	2	EO1100055 e EO1100056
FGD-7	6	EO1100283, EO1100284, EO1100296 a EO1100299
FGD-8	1	EO1100151
FGD-9	1	EO1100286

.....”(nr)

DECRETO Nº 46.782, DE 23 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre o Processo Administrativo de Responsabilização, previsto na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, no âmbito da Administração Pública do Poder Executivo Estadual.

O GOVERNADOR ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de atribuição que lhe confere o inciso VII do art. 90 da Constituição do Estado e tendo em vista o disposto na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013,

DECRETA:

Capítulo I

Do Processo Administrativo de Responsabilização

Seção I

Disposição Preliminar

Art. 1º Este Decreto regulamenta, no âmbito da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, o Processo Administrativo de Responsabilização – PAR –, previsto no Capítulo IV da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira.

Seção II

Da instauração

Art. 2º Compete ao Controlador-Geral do Estado a instauração de PAR para apuração da responsabilidade administrativa de pessoa jurídica pela prática dos atos lesivos contra a Administração Pública Estadual, previstos no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013.

Art. 3º O Controlador-Geral do Estado, ao tomar ciência da possível ocorrência de ato lesivo à Administração Pública Estadual, em sede de juízo de admissibilidade e mediante despacho fundamentado, decidirá:

I - pela abertura de investigação preliminar, em caso de insuficiência de indícios para instauração do PAR.

II - pela instauração de PAR; ou
III - pelo arquivamento da matéria.

Art. 4º A investigação preliminar, prevista no inciso I do art. 3º, terá caráter sigiloso e não punitivo e será destinada à apuração de indícios de autoria e materialidade de atos lesivos à Administração Pública Estadual.

§ 1º O prazo para conclusão da investigação preliminar não excederá trinta dias.

§ 2º Ao final da investigação preliminar, serão enviadas ao Controlador-Geral do Estado as peças de informação obtidas, acompanhadas de relatório conclusivo acerca da existência de indícios de autoria e materialidade de atos lesivos à Administração Pública Estadual, para decisão sobre a instauração do PAR.

Art. 5º O PAR será instaurado por meio de portaria que designará comissão, composta por três servidores estáveis, e informará, necessariamente:

I - o nome do órgão ou entidade envolvido na ocorrência;

II - os nomes e os cargos dos membros da comissão, com a indicação de um deles para presidi-la;

III - a síntese dos fatos a serem apurados; e

IV - o nome da pessoa jurídica supostamente envolvida, com a indicação, quando existente, do número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.

Art. 33. A aplicação da multa no percentual máximo ou mínimo estabelecidos no inciso I do art. 6º da Lei nº 12.846, de 2013, independe do enquadramento da pessoa jurídica em todas as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

Art. 34. A comprovação pela pessoa jurídica da existência da implementação de um programa de integridade, observado o disposto no Capítulo V deste Decreto, configurará causa especial de diminuição da multa e deverá se sobrepor a qualquer outra circunstância atenuante no respectivo cálculo.

Art. 35. O valor da vantagem auferida ou pretendida equivale aos ganhos obtidos ou pretendidos pela pessoa jurídica que não ocorreriam sem a prática do ato lesivo, somado, quando for o caso, ao valor correspondente a qualquer vantagem indevida prometida ou dada a agente público ou a terceiros a ele relacionados.

Art. 36. Caso não seja possível utilizar o critério do valor do faturamento bruto da pessoa jurídica no ano anterior ao da instauração do processo administrativo, a multa-base incidirá:

I - sobre o valor do faturamento bruto da pessoa jurídica, excluídos os tributos, no ano em que ocorreu o ato lesivo, no caso de a pessoa jurídica não ter tido faturamento no ano anterior ao da instauração do processo administrativo;

II - sobre o montante total de recursos recebidos pela pessoa jurídica sem fins lucrativos no ano em que ocorreu o ato lesivo; ou

III - nas demais hipóteses, sobre o faturamento anual estimável da pessoa jurídica, levando em consideração quaisquer informações sobre a sua situação econômica ou o estado de seus negócios, tais como patrimônio, capital social, número de empregados, contratos, dentre outras.

Parágrafo único. Nas hipóteses previstas neste artigo, o valor da multa será limitado entre R\$ 6.000,00 (seis mil reais) e R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais).

Art. 37. O prazo para pagamento da multa será de trinta dias e o inadimplemento acarretará a sua inscrição em Dívida Ativa do Estado, com posterior registro no Cadastro Informativo de Inadimplência do Estado de Minas Gerais – CADIN-MG –, na forma do Decreto nº 44.694, de 28 de dezembro de 2007.

Parágrafo único. No caso de desconconsideração da pessoa jurídica, os administradores e sócios com poderes de administração também poderão figurar ao lado dela, como devedores no título da Dívida Ativa.

Seção III

Da Publicação Extraordinária da Decisão Administrativa Sancionadora

Art. 38. No prazo máximo de trinta dias após o trânsito em julgado da decisão no Processo de Responsabilização, o extrato da decisão condenatória, previsto no § 2º do art. 20 deste Decreto, será publicado às expensas da pessoa jurídica, cumulativamente, nos seguintes meios:

I- Diário Oficial dos Poderes do Estado;

II- em meio de comunicação de grande circulação na área da prática da infração e de atuação da pessoa jurídica ou, na sua falta, em publicação de circulação nacional;

III- em edital afixado no próprio estabelecimento ou no local de exercício da atividade, em localidade que permita a visibilidade pelo público, pelo prazo mínimo de trinta dias; e

IV- em seu sítio eletrônico, pelo prazo de trinta dias e em destaque na página principal do referido sítio.

Parágrafo único. O extrato da decisão condenatória também poderá ser publicado no sítio eletrônico oficial da Controladoria-Geral do Estado.

Capítulo V

Dos mecanismos e procedimentos internos de integridade

Art. 39. Para fins do disposto neste Decreto, programa de integridade consiste, no âmbito de uma pessoa jurídica, no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira.

Parágrafo único. O programa de integridade deve ser estruturado, aplicado e atualizado de acordo com as características e riscos atuais das atividades de cada pessoa jurídica, a qual por sua vez, deve garantir o constante aprimoramento e a adaptação do referido programa, visando a garantir sua efetividade.

Art. 40. Para fins do disposto no § 4º do art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, o programa de integridade será avaliado, quanto a sua existência e aplicação, de acordo com os seguintes parâmetros:

I - comprometimento da alta direção da pessoa jurídica, incluídos os conselhos, evidenciado pelo apoio visível e inequívoco ao programa;

II - padrões de conduta, código de ética, políticas e procedimentos de integridade, aplicáveis a todos os empregados e administradores, independentemente de cargo ou função exercidos;

III - padrões de conduta, código de ética e políticas de integridade estendidas, quando necessário, a terceiros, tais como, fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;

IV - treinamentos periódicos sobre o programa de integridade;

V - análise periódica de riscos para realizar adaptações necessárias ao programa de integridade;

VI - registros contábeis que reflitam de forma completa e precisa as transações da pessoa jurídica;

VII - controles internos que assegurem a pronta elaboração e confiabilidade de relatórios e demonstrações financeiras da pessoa jurídica;

VIII - procedimentos específicos para prevenir fraudes e ilícitos no âmbito de processos licitatórios, na execução de contratos administrativos ou em qualquer interação com o setor público, ainda que intermediada por terceiros, tal como pagamento de tributos, sujeição a fiscalizações, ou obtenção de autorizações, licenças, permissões e certidões;

IX - independência, estrutura e autoridade da instância interna responsável pela aplicação do programa de integridade e fiscalização de seu cumprimento;

X - canais de denúncia de irregularidades, abertos e amplamente divulgados a funcionários e terceiros, e de mecanismos destinados à proteção de denunciantes de boa-fé;

XI - medidas disciplinares em caso de violação do programa de integridade;

XII - procedimentos que assegurem a pronta interrupção de irregularidades ou infrações detectadas e a tempestiva mediação dos danos gerados;

XIII - diligências apropriadas para contratação e, conforme o caso, supervisão, de terceiros, tais como, fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;

XIV - verificação, durante os processos de fusões, aquisições e reestruturações societárias, do cometimento de irregularidades ou ilícitos ou da existência de vulnerabilidades nas pessoas jurídicas envolvidas;

XV - monitoramento contínuo do programa de integridade, visando ao seu aperfeiçoamento na prevenção, detecção e combate à ocorrência dos atos lesivos previstos no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013; e

XVI - transparência da pessoa jurídica quanto às doações para candidatos e partidos políticos.

§ 1º Na avaliação dos parâmetros de que trata este artigo, serão considerados o porte e especificidades da pessoa jurídica, tais como:

I - a quantidade de funcionários, empregados e colaboradores;

II - a complexidade da hierarquia interna e a quantidade de departamentos, diretorias ou setores;

III - a utilização de agentes intermediários como consultores ou representantes comerciais;

IV - o setor do mercado em que atua;

V - os países em que atua, direta ou indiretamente;

VI - o grau de interação com o setor público e a importância de autorizações, licenças e permissões governamentais em suas operações;

VII - a quantidade e a localização das pessoas jurídicas que integram o grupo econômico; e

VIII - o fato de ser qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte.

§ 2º Na avaliação de microempresas e empresas de pequeno porte, serão reduzidas as formalidades

dos parâmetros previstos neste artigo, não se exigindo, especificamente, as previstas nos incisos III, V, IX, X, XIII, XIV e XV do caput .

§ 3º A efetividade do programa de integridade em relação ao ato lesivo objeto de apuração será considerada para fins de avaliação de que trata o caput .

§ 4º Caberá ao Controlador-Geral do Estado expedir orientações, normas e procedimentos complementares referentes à avaliação do programa de integridade de que trata este Capítulo.

Capítulo VI

Do acordo de leniência

Art. 41. Cabe ao Controlador-Geral do Estado a celebração de acordo de leniência, nos termos do Capítulo V da Lei Federal nº 12.846, de 2013, sendo vedada a delegação de competência.

Art. 42. A proposta do acordo de leniência será sigilosa, conforme previsto no § 6º do art. 16 da Lei Federal nº 12.846, de 2013, e autuada em apartado.

Art. 43. Não importará em confissão quanto à matéria de fato, nem reconhecimento de ilicitude da conduta analisada, a proposta de acordo de leniência rejeitada na fase de negociação, da qual não se fará qualquer divulgação, nos termos do § 6º do art. 16 da Lei Federal nº 12.846, de 2013.

Art. 44. A proposta de acordo de leniência poderá ser realizada na forma escrita ou oral e deverá conter:

I - a qualificação completa da pessoa jurídica e de seus representantes, devidamente documentada;

II - no mínimo, a previsão de identificação dos demais envolvidos na suposta prática de ato lesivo contra a Administração Pública Estadual;

III - quando couber, o resumo da suposta prática de ato lesivo; e

IV - a descrição das provas e documentos a serem apresentados na hipótese de sua celebração.

§ 1º No caso de apresentação da proposta de acordo de leniência na forma oral, deverá ser solicitada reunião com o Controlador-Geral do Estado e com mais dois membros de sua assessoria, da qual será lavrado termo em duas vias assinadas pelos presentes, sendo uma entregue à proponente.

§ 2º A proposta de acordo de leniência deverá ser protocolada na CGE, em envelope lacrado e identificado com os dizeres “Confidencial: Proposta de Acordo de Leniência nos termos da Lei Federal nº 12.846, de 2013”.

§ 3º Em todas as reuniões de negociação do acordo de leniência, haverá registro dos temas tratados, em duas vias, assinado pelos presentes, o qual será mantido em sigilo, devendo uma das vias ser entregue ao representante da pessoa jurídica.

Art. 45. A fase de negociação do acordo de leniência, que será confidencial, pode durar até trinta dias, contados da apresentação da proposta e prorrogáveis por igual período.

Art. 46. A pessoa jurídica será representada na negociação e na celebração do acordo de leniência pelas pessoas naturais, em conformidade com seu contrato social ou instrumento equivalente.

Art. 47. Do acordo de leniência constará obrigatoriamente:

I - a identificação completa da pessoa jurídica e de seus representantes legais, acompanhada da documentação pertinente;

II - a descrição da prática denunciada, incluindo a identificação dos participantes que a pessoa jurídica tenha conhecimento e relato de suas respectivas participações no suposto ilícito, com a individualização das condutas;

III - a confissão da participação da pessoa jurídica no suposto ilícito, com a individualização de sua conduta;

IV - a declaração da pessoa jurídica no sentido de ter cessado completamente o seu envolvimento no suposto ilícito, antes ou a partir da data da propositura do acordo;

V - a lista com os documentos fornecidos ou que a pessoa jurídica se obriga a fornecer com o intuito de demonstrar a existência da prática denunciada, com prazo para a sua disponibilização;

VI - a obrigação da pessoa jurídica em cooperar plena e permanentemente com as apurações e com o PAR, comparecendo, sob suas expensas, sempre que solicitada, a todos os atos processuais, até seu encerramento;

VII - a declaração da CGE de que a pessoa jurídica foi a primeira a se manifestar sobre seu interesse em cooperar com a apuração do ato ilícito;

VIII - a declaração do Controlador-Geral do Estado de que a celebração e cumprimento do acordo de leniência isentará a pessoa jurídica das sanções previstas no inciso II do art. 6º e no inciso IV do art. 19, ambos da Lei Federal nº 12.846, de 2013, e reduzirá, em até dois terços, o valor da multa aplicável, observado o disposto nos §§ 2º e 3º deste artigo, ou, conforme o caso, isentará ou atenuará as sanções administrativas estabelecidas nos arts. 86 a 88 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

IX - a previsão de que o não cumprimento, pela pessoa jurídica, das obrigações previstas no acordo de leniência resultará na perda dos benefícios previstos no § 2º do art. 16 da Lei Federal nº 12.846, de 2013;

X - a natureza de título executivo extrajudicial; e

XI - as demais condições que a CGE considerar necessárias para assegurar a efetividade da colaboração e o resultado útil do processo.

§ 1º A proposta de acordo de leniência somente se tornará pública após sua efetivação, salvo no interesse das apurações e do processo administrativo.

§ 2º O percentual de redução da multa previsto no § 2º do art. 16 da Lei Federal nº 12.846, de 2013, e a isenção ou a atenuação das sanções administrativas estabelecidas nos arts. 86 a 88 da Lei nº 8.666, de 1993, serão determinados levando-se em consideração o grau de cooperação plena e permanente da pessoa jurídica com as apurações e com o processo administrativo, especialmente com relação ao detalhamento das práticas ilícitas, a identificação dos demais envolvidos na infração, quando for o caso, e as provas apresentadas, observado o disposto no § 3º deste artigo.

§ 3º Quando a proposta de acordo de leniência for apresentada após a ciência, pela pessoa jurídica, da instauração do procedimento previsto no inciso II do art. 3º deste Decreto, a redução do valor da multa aplicável será, no máximo, de até um terço.

§ 4º A proposta de acordo de leniência não poderá ser apresentada após o encaminhamento do relatório final da comissão ao Controlador-Geral do Estado para julgamento.

Art. 48. Caso a pessoa jurídica que tenha celebrado acordo de leniência forneça provas falsas, omita ou destrua provas ou, de qualquer modo, comporte-se de maneira contrária à boa-fé e inconsistente com o requisito de cooperação plena e permanente, a CGE fará constar o ocorrido nos autos do processo e cuidará para que ela não desfrute dos benefícios previstos na Lei Federal nº 12.846, de 2013.

Art. 49. Na hipótese de o acordo de leniência não ser firmado, eventuais documentos entregues à CGE serão devolvidos à proponente.

Parágrafo único. Os documentos referidos no caput não poderão ser utilizados para fins de responsabilização, salvo quando deles já se tinha conhecimento antes da proposta de acordo de leniência ou se a CGE pudesse obtê-los por meios ordinários.

Capítulo VII

Disposições finais

Art. 50. A CGE informará e manterá atualizados no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP – os dados relativos às sanções aplicadas.

Art. 51. Será criado cadastro específico, no âmbito estadual, gerido pela CGE, com a relação das empresas punidas com fundamento na Lei Federal nº 12.846, de 2013.

Art. 52. O Controlador-Geral do Estado poderá recomendar à AGE ou ao Ministério Público que sejam promovidas as medidas previstas nos incisos I a IV do art. 19 da Lei Federal nº 12.846, de 2013.



GOVERNO DE TODOS



IMPRENSA OFICIAL
MINAS GERAIS

CIDADANIA

Preservar água é preservar a vida.

ECONOMIZE

4 – QUARTA-FEIRA, 24 DE JUNHO DE 2015	DIÁRIO DO EXECUTIVO	MINAS GERAIS - CADERNO 1
Art. 53. Se verificado que o ato contra a Administração Pública Estadual atingiu ou possa ter atingido outro ente da federação, a CGE dará ciência ao Chefe do Poder Executivo do respectivo ente. Parágrafo único. Se o ato atingir a União Federal ou outro país, será dada ciência ao Controlador-Geral da União.	SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, POLÍTICA URBANA E GESTÃO METROPOLITANA	1471.17511053-1.098-0001-3390-1-10.1871.001,68
Art. 54. A instauração do PAR não afeta a instauração, instrução e conclusão de processos de responsabilização e aplicação de penalidades decorrentes de: I - atos de improbidade administrativa, nos termos da Lei Federal nº 8.429, de 2 de junho de 1992; e	RESERVA DE CONTINGÊNCIA 1991.99999999-9.999-0001-9999-0-10.12.180.000,00 FUNDO PARA A INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA 4091.08243266-4.696-0001-3350-0-45.1172.806,00 TOTAL DA ANULAÇÃO9.220.334,48	
II - atos ilícitos previstos nas normas de licitações e contratos administrativos. Art. 55. O valor das multas aplicadas com fundamento na Lei Federal nº 12.846, de 2013, será destinado à execução de atividades, projetos e programas de promoção da transparência e acesso à informação e de fortalecimento do controle interno e prevenção e combate à corrupção na Administração Pública Estadual. Art. 56. Sendo constatado que as condutas objeto de apuração possam ter relação com as infrações previstas no art. 36 da Lei Federal nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, a CGE dará ciência ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE – da instauração de PAR, podendo fornecer informações e provas obtidas, sem prejuízo do sigilo das propostas de acordo de leniência, conforme previsto no art. 16, § 6º, da Lei Federal nº 12.846, de 2013. Art. 57. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Palácio Tiradentes, em Belo Horizonte, aos 23 de junho de 2015; 227º da Inconfidência Mineira e 194º da Independência do Brasil. FERNANDO DAMATA PIMENTEL	DECRETO NE Nº 193, DE 23 DE JUNHO DE 2015.	Abre crédito suplementar no valor de R\$56.528.819,24.
	O GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de atribuição que lhe confere o inciso VII do art. 90 da Constituição do Estado e tendo em vista o disposto no art. 8º da Lei nº 21.695, de 9 de abril de 2015,	

SUPLEMENTAÇÃO DAS SEGUINTES DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS A QUE SE REFERE O ART. 1º DESTE DECRETO:		
OUVIDORIA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS		
R\$		
1101.14122701-2.417-0001-3390-0-10.7	13.738,80	
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA		
1191.04122147-4.529-0001-3390-0-10.1	3.464.353,00	
1191.04122701-2.001-0001-3390-0-10.1	83.135,00	
1191.04122701-2.002-0001-3390-0-10.1	435.047,00	
1191.04123147-4.519-0001-3390-0-10.1	2.000.253,00	
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS		
1301.26451132-1.343-0001-4490-0-25.3	191.924,69	
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL		
1451.06421034-4.169-0001-3390-1-24.1	16.129,86	
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, POLÍTICA URBANA E GESTÃO METROPOLITANA		
1471.15452277-4.503-0001-3390-0-57.1	97.329,38	
TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO A EMPRESAS		
1915.16482702-7.734-0001-4590-0-10.1	2.180.000,00	
FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO		
2061.04122701-2.417-0001-3190-0-10.1	529.701,68	
2061.17126200-4.010-0001-3390-0-10.1	341.300,00	
INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS		
2241.18544113-4.088-0001-4490-0-24.1	32.473,55	
2241.18544113-4.088-0001-4490-0-31.3	342.050,76	
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DE MINAS GERAIS		
2301.26782035-1.110-0001-4490-1-25.1	3.165.689,88	
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS		
2311.12244129-4.193-0001-3390-0-24.1	14.912,54	
2311.12244129-4.193-0001-4490-0-24.1	11.202,61	
FUNDO PARA A INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA		
4091.08243266-4.696-0001-4450-0-45.1	172.806,00	
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	13.092.047,75	

ANULAÇÃO DAS SEGUINTES DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS A QUE SE REFERE O ART.2º, INCISO I, DESTE DECRETO:		
OUVIDORIA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS		
R\$		
1101.14422155-1.060-0001-3390-0-10.1	13.738,80	
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA		
1191.04129147-1.089-0001-3390-0-10.1	3.982.535,00	
1191.04129215-4.542-0001-3390-0-10.1	2.000.253,00	

DECRETO NE Nº 193, DE 23 DE JUNHO DE 2015.		
Abre crédito suplementar no valor de R\$56.528.819,24.		
O GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de atribuição que lhe confere o inciso VII do art. 90 da Constituição do Estado e tendo em vista o disposto no art. 8º da Lei nº 21.695, de 9 de abril de 2015,		
DECRETA:		
Art. 1º Fica aberto crédito suplementar de R\$56.528.819,24 (cinquenta e seis milhões quinhentos e vinte oito mil oitocentos e dezenove reais e vinte e quatro centavos), indicado no Anexo, não onerando o limite estabelecido no art. 8º da Lei nº 21.695, de 9 de abril de 2015.		
Art. 2º Para atender ao disposto no art. 1º serão utilizados recursos provenientes: I – da anulação das dotações orçamentárias indicadas no Anexo; II – do saldo financeiro do convênio n.º 0137, firmado em 12 de abril de 2014, entre o Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais e a Minas Gerais Participações S/A, no valor R\$317.297,90 (trezentos e dezessete mil duzentos e noventa e sete reais e noventa centavos); III – do saldo financeiro do convênio n.º 677, firmado em 22 de abril de 2014, entre o Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais e a Minas Gerais Participações S/A, no valor R\$1.330.000,00 (um milhão trezentos e trinta mil reais); IV – do saldo financeiro do convênio n.º 347, firmado em 28 de março de 2014, entre o Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais e a Minas Gerais Participações S/A, no valor de R\$11.833.563,17 (onze milhões oitocentos e trinta e três mil quinhentos e sessenta e três reais e dezessete centavos); V – do saldo financeiro do convênio n.º 0529, firmado em 28 de abril de 2014, entre o Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais e a Minas Gerais Participações S/A, no valor de R\$444.500,00 (quatrocentos e quarenta e quatro mil e quinhentos reais); VI – do saldo financeiro do convênio n.º 0549, firmado em 29 de abril de 2014, entre o Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais e a Minas Gerais Participações S/A, no valor de R\$3.773.548,86 (três milhões setecentos e setenta e três mil quinhentos e quarenta e oito reais e oitenta e seis centavos); VII – do saldo financeiro do convênio n.º 127, firmado em 11 de fevereiro de 2014, entre o Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais e a Minas Gerais Participações S/A, no valor de R\$30.044.141,67 (trinta milhões quarenta e quatro mil cento e quarenta e um reais e sessenta e sete centavos); VIII – do saldo financeiro do convênio n.º 759450/2011, firmado em 21 de dezembro de 2011, entre a Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social e o Ministério do Trabalho e Emprego, no valor de R\$859.304,50 (oitocentos e cinquenta e nove mil trezentos e quatro reais e cinquenta centavos); IX – do saldo financeiro do convênio n.º 759450/2011, firmado em 21 de dezembro de 2011, entre a Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social e o Ministério do Trabalho e Emprego, no valor de R\$45.586,53 (quarenta e cinco mil quinhentos e oitenta e seis reais e cinquenta e três centavos); X – do saldo financeiro da receita do Fundo Estadual de Erradicação da Miséria, de contrapartida ao convênio n.º 759450/2011, firmado em 21 de dezembro de 2011, entre a Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social e o Ministério do Trabalho e Emprego, no valor de R\$66.000,00 (sessenta e seis mil reais); XI – do saldo financeiro do convênio n.º 774863/2012, firmado em 18 de dezembro de 2012, entre a Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, no valor de R\$227.250,00 (duzentos e vinte e sete mil e duzentos e cinquenta reais); XII – do convênio nº 0402.092-15, firmado em 16 de abril de 2013, entre a Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas e o Ministério das Cidades, no valor de R\$940.132,86 (novecentos e quarenta mil cento e trinta e dois reais e oitenta e seis centavos). Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Palácio Tiradentes, em Belo Horizonte, aos 23 de junho de 2015; 227º da Inconfidência Mineira e 194º da Independência do Brasil.		
FERNANDO DAMATA PIMENTEL		
ANEXO (a que se referem os arts. 1º e 2º do Decreto NE Nº 193, de 23 de junho de 2015.) (REGISTRADO NO SIAFI/MG SOB O NÚMERO 49)		
SUPLEMENTAÇÃO DAS SEGUINTES DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS A QUE SE REFERE O ART. 1º DESTE DECRETO:		
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS		
R\$		
1301.15453035-1.103-0001-4490-1-24.1	940.132,86	
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL		
1481.11334267-4.584-0001-3390-0-10.3	45.586,53	
1481.11334267-4.584-0001-3390-0-24.1	807.339,50	
1481.11334267-4.584-0001-3390-0-71.3	16.000,00	
1481.11334267-4.584-0001-4490-0-24.1	51.965,00	
1481.11334267-4.584-0001-4490-0-71.3	50.000,00	
1481.14422011-4.203-0001-3390-1-24.1	227.250,00	
POLICIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS		
1511.06183189-4.454-0001-4490-0-25.1	50.735,00	
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MILITARES DO ESTADO DE MINAS GERAIS		
2121.28846702-7.004-0001-3190-0-49.9	6.596.758,75	
DEPARTAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS		
2141.15451106-4.040-0001-4490-0-70.1	47.743.051,60	
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	56.528.819,24	

ANULAÇÃO DAS SEGUINTES DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS A QUE SE REFERE O ART.2º, INCISO I, DESTE DECRETO:		
POLICIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS		
R\$		
1511.06181189-4.480-0001-4490-0-25.1	50.735,00	
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MILITARES DO ESTADO DE MINAS GERAIS		
2121.09272751-4.373-0001-3190-0-49.1	6.596.758,75	
TOTAL DA ANULAÇÃO	6.647.493,75	